

DISCURSO E PODER NA CONTEMPORANEIDADE: O CASO DO PRÍNCIPE ELETRÔNICO

Alexandre A. SANTOS*

RESUMO: Apresentamos aqui uma reflexão sobre as possíveis relações entre o campo político e o campo midiático hoje. Tomando como pressuposto o que coloca Octavio Ianni ao teorizar sobre as práticas políticas contemporâneas e o papel que a mídia exerceria em seu desenvolvimento, uma vez que este propõe que as práticas políticas – as práticas de disputas políticas propriamente ditas – teriam sofrido um deslocamento essencial, não se encontrando mais ligadas às estratégias partidárias, mas sim, diluídas no universo midiático moderno. E na medida em que encontramos na obra de Michel Foucault e Pierre Bourdieu questões sobre relações discursivas e relações de poder, buscaremos – levando em consideração às particularidades de cada autor – estabelecer um arcabouço conceitual que nos permita enfrentar, a partir da relação entre discurso e poder, questões próprias a nossa contemporaneidade, como, por exemplo, a questão do príncipe eletrônico descrita por Ianni.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia. Cultura e política. Discurso e poder.

Introdução

Encontramos na obra de Michel Foucault e Pierre Bourdieu, questões sobre as relações discursivas e as relações de poder, por isso aqui, levando em consideração as particularidades de cada autor, propomos uma reflexão na tentativa de olhar para as possíveis proximidades e continuidades entre essas duas propostas teóricas com o objetivo de estabelecer um arcabouço conceitual que nos permita enfrentar, a partir da relação entre discurso e poder, questões pró-

* Mestrando em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – alexandre.sociais@hotmail.com

prias do campo midiático contemporâneo. Começando pela proposta de Foucault, tentaremos marcar pontos de seu pensamento que tocam questões sobre: o discurso; as formações discursivas e a função-autor. Buscando, através de suas particularidades, retomar as questões sobre as relações possíveis entre as práticas discursivas e as práticas poder.

Em seguida nos deteremos sobre a proposta de Bourdieu, principalmente nos momentos em que esta se volta sobre temáticas como: as funções políticas da linguagem; a complexidade presente no paradoxo da doxa e os desdobramentos do chamado efeito teoria. Em uma tentativa de entender a relação entre os discursos sociais e a ideia de poder simbólico tal qual proposta pelo autor. Por fim, tentaremos estabelecer – através das noções de função-autor, efeito teoria, poder simbólico e poder relacional – um arcabouço conceitual que nos permita analisar a manifestações da mídia pensando as a partir da noção de príncipe eletrônico apresentada por Ianni (1999), tendo em vistas as possíveis homologias existentes entre o campo midiático e o campo da política em nossa contemporaneidade.

O poder relacional e o discurso

Nossa reflexão se inicia a partir daquilo que coloca Foucault sobre as relações entre discurso e poder. Assim entendemos o discurso como um tipo específico de conhecimento, uma vez que constitui um conjunto de saberes sobre determinado fato, também entendemos que por isso o discurso não pode ser pensado sem que se leve em consideração às questões de poder que perpassam o contexto social em que circula. Segundo Foucault as ideias de saber e de poder por um longo período da história estiveram juntas, fato pelo qual o mesmo cunhou conceitos como o de “saber-poder”, em sua concepção “[...] saber e poder eram exatamente correspondentes, correlativos, superpostos, não podia haver saber sem poder. E não podia haver poder político sem a detenção de um certo saber específico.” (FOUCAULT, 1978, p.39) É dentro dessa relação saber-poder que propomos pensar os discursos midiáticos enquanto conjuntos de saberes que, portanto, se encontram diretamente ligados às questões de poder contemporâneas a eles.

Sendo assim, a efeito de análise, pensaremos os discursos midiáticos como uma espécie de documento histórico, tendo em vista que, para Foucault todo o documento histórico é um conjunto de saber construído socialmente e que tem sua construção transpassada por relações de poder. Para Foucault: “[...] o sentido

criado, no texto histórico é produto da intenção do historiador que escolhe os documentos, atribuindo-lhe, um valor de testemunho, que, pelo menos em parte, depende de sua própria posição na sociedade de sua época.” (GREGOLIN, 2008, p.110) Assim ao pensar os discursos como um documento histórico busca se aqui entendê-los como “[...] um agenciamento de signos, que, ao produzir ‘efeitos de verdade’, levam uma sociedade a interpretar-se e compreender-se através dessa interpretação [...]” (GREGOLIN, 2008, p.111), e chamar a atenção para o lugar estruturante que pode ser ocupado por estes conjuntos de saber, dentro dos diversos contextos sociais contemporâneos.

Mas para tentarmos entender um possível lugar da ideia de discurso na teoria de Foucault, temos que primeiro buscar entender o que são os enunciados e qual o lugar ocupado por estes nesta construção teórica. Nesse sentido podemos dizer que segundo Gregolin (2008), para Foucault o enunciado seria a parte fundamental dos discursos, uma vez que:

Em seu modo de ser singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material) o enunciado é indispensável para que se possa dizer se a ou não frase, preposição, ato de linguagem [...] ele não é, em si mesmo, uma unidade, mas sim, uma função que cruza um domínio de estruturas possíveis e que faz com que apareçam, como conteúdos concretos, no tempo e no espaço. (FOUCAULT, 1986, p.98-99 apud GREGOLIN, 2008, p.115).

Ainda, segundo Gregolin (2008), podemos pensar sobre o enunciado – dentro da teoria de Foucault – tendo em vista sua importância na construção daquilo que se entende por discurso. Assim o enunciado seria o lugar da expressão das disputas de poder que perpassam e que configuram todo o discurso, por isso, pensando as disputa de poder presentes em toda prática discursiva, ela diz que para Foucault:

O enunciado é entendido como um bem (finito, limitado, desejável, útil) que tem suas regras de aparecimento e também condições de apropriação e de utilização – e que coloca, por conseguinte, desde sua existência, a questão do poder, que é objeto de uma luta de uma política. (FOUCAULT, 1986, p.139 apud GREGOLIN, 2008, p.120).

Também podemos apontar para a importância dos enunciados na teoria de Foucault quando o mesmo define o conceito de formações discursivas. Conceito

esse que permite localizar e analisar as condições de organização da produção e da circulação dos discursos em uma sociedade, segundo Foucault em todo o caso:

Em que se puder descrever, entre um certo numero de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 1997, p.43).

Ao nosso entender é através dessa ideia de formação discursiva que podemos tentar compreender melhor o que Foucault buscou problematizar com a noção de função-autor – noção que tomamos como fundamental para se pensar as relações contemporâneas entre discurso e poder – segundo ele:

A função-autor esta ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos, não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização, não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma serie de operações específicas e complexas, não reenvia pura e simplesmente para um individuo real, podendo dar lugar para vários “eus” em, simultâneo, a varias posições de sujeitos, que classes diferentes de indivíduos podem ocupar. (FOUCAULT, 2006, p.56).

A ideia de função-autor – em nossa leitura – se coloca como fundamental, por exemplo, para uma reflexão contemporânea sobre as relações entre a esfera da mídia e da política. Uma vez que é por essa função e a partir dela que podemos problematizar as relações entre o campo midiático e as relações políticas, colocando como pressuposto que a mídia exerceria a função-autor nos diversos contextos em que se localiza. Essa hipótese de aproximação entre a noção de função-autor e o campo da mídia, talvez fique mais clara quando pensamos sobre o que colocou Foucault ao dizer que: “[...] a função-autor é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade.” (FOUCAULT, 2006, p.46). Na medida em que entendemos que essa característica pode expressar uma particularidade nos dispositivos midiáticos, tendo em vista que estes têm por função produzir e fazer circular discursos e formações discursivas nos contextos em que se localizam.

E dessa forma, pensando a função-autor exercida pela mídia, podemos tentar problematizar as relações entre as formações discursivas que circulam hoje em um contexto social e as disputas de poder que estruturam este mesmo contexto. Mas não antes de tentar compreender melhor – junto a teoria de Foucault – a questão do poder propriamente dita, para isso se faz necessário apontar que:

Não existe em Foucault uma teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamando poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa é uma prática social e, como tal, constituída historicamente. (MACHADO, 1979, p.X).

Temos aqui um ponto nodal à ideia de poder em Foucault, a noção de que o poder não é um objeto e que por isso não pode ser localizado ou personificado em nenhum tipo de instituição social. Ponto esse que nos leva frequentemente a encontrar com questões do tipo: Como se analisa um poder que não pode ser localizado institucionalmente? E que, ao nosso entender, podem rapidamente – porém não de maneira simples – ser respondidas quando pensamos esse poder não enquanto causa ou efeito de alguma coisa, mas sim, enquanto uma forma de relação, admitindo assim que:

Rigorosamente falando o poder não existe: existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. (MACHADO, 1979, p.XIV).

Assim sendo o que discutiremos, por enquanto, não é um poder centrado nas instituições do estado ou do mercado, mas sim uma concepção de poder relacional, uma ideia de poder que:

Coloca em jogo relações entre indivíduos (ou entre grupos). Pois não devemos nos enganar: se falamos do poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou mecanismos de poder, é apenas na medida em

que supomos que ‘alguns’ exercem um poder sobre os outros. O termo ‘poder’ designa relações entre ‘parceiros’ (entendendo-se por isto não um sistema de jogo, mas apenas – e permanecendo, por enquanto, na maior generalidade – um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas as outras). (FOUCAULT, 1995, p.240).

Essa ideia de uma relação de poder estabelecida entre parceiros a princípio pode nos parecer contraditória se pensarmos, dentro de um contexto social, em uma espécie de parceria entre os dominantes e os dominados, mas não é esse o sentido atribuído por Foucault a esse tipo de parceria, característico desse poder relacional. Em nossa leitura Foucault tentou ao pensar o poder através dessa noção de relação entre parceiros, demonstrar que:

O poder só se exerce sobre ‘sujeitos livres’, enquanto ‘livres’ – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que tem diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. Não há relações de poder onde as determinações estão saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem que esta acorrentado (trata-se então, de uma relação física de coação) – mas apenas quando ele pode se deslocar, no limite, escapar. (FOUCAULT, 1995, p.244).

Acreditamos que agora podemos tentar relacionar as noções de discurso e de poder segundo Foucault, tendo em vista suas especificidades, dizendo que primeiramente se faz necessário distinguir as relações de poder das relações de comunicação, ou seja, na teoria de Foucault as relações discursivas não são relações de poder, segundo ele:

Sem duvida, comunicar é sempre uma certa forma de agir sobre o outro ou os outros. Porém a produção e a circulação de elementos significantes podem perfeitamente ter por objeto ou por consequência efeitos de poder, que não são simplesmente um aspecto destas. Passando ou não por sistemas de comunicação, as relações de poder tem sua especificidade. (FOUCAULT, 1995, p.240).

Então o que temos é que as relações de comunicação, constituídas por formações discursivas, não representam relações de poder, mas são responsáveis

por estabelecer efeitos de poder, para Foucault: “[...] as relações de comunicação implicam atividades finalizadas (mesmo que seja apenas a ‘correta’ operação dos elementos significantes) e induzem efeitos de poder pelo fato de modificarem o campo de informação dos parceiros.” (FOUCAULT, 1995, p.241) Assim podemos finalizar essa primeira parte, lembrando que Foucault apresenta em sua teoria uma visão relacional do mundo social e, assim, das relações que o constituem, por isso, nos permite retomar nossa proposta reflexiva de relacionar as esferas do discurso e do poder, pensado as relações entre mídia e política na contemporaneidade.

O poder simbólico e o discurso

Pensando a proposta teórica de Pierre Bourdieu se faz necessário dizer que a ideia de discurso será agora tratada como prática de linguagem, uma vez que, como colocou Bourdieu:

Ou falamos da linguagem como se ela só tivesse a função de comunicar, ou tratamos de procurar nas palavras o princípio do poder que se exerce, em certos casos, através delas (tenho em mente, por exemplo, as ordens ou as palavras de ordem). Na verdade as palavras exercem um poder tipicamente mágico: fazem ver, fazem crer, fazem agir [...] o poder das palavras só se exerce sobre aqueles que estão dispostos a ouvi-las e a escutá-las, em suma, em crer nelas. (BOURDIEU, 2000, p.61).

Nessa perspectiva podemos dizer que em Bourdieu a ideia de linguagem assume o caráter de um bem simbólico e por isso passa a ser legitimada pelas disputas que estruturam o campo em que circula. É, por exemplo, enquanto bem simbólico que o “[...] discurso deve sempre suas características mais importantes às relações de produção linguística nas quais é produzido.” (BOURDIEU apud ORTIZ, 1983, p.159) na medida em que todo o discurso “[...] supõe um emissor legítimo dirigindo-se a um destinatário legítimo, reconhecido e reconhecedor.” (BOURDIEU apud ORTIZ, 1983, p.161).

Seja o discurso pensado como bem simbólico ou como prática de linguagem, é certo que na teoria de Bourdieu, ele aparece sempre transpassado e orientado pelas questões políticas e econômicas, ou seja, pelas questões de poder existentes no campo em que é produzido. Sendo sempre pensado enquanto matriz geradora de práticas sociais, uma vez que possibilita a manutenção ou a

transformação de um conjunto das práticas dentro de um campo social possibilitando assim a manutenção ou a transformação do próprio campo em que circula. Assim o discurso, como todo o bem simbólico, encontra-se sujeito às regras da produção do campo ao qual pertence. Esse campo simbólico, por sua vez, é constituído por disputas de poder particulares que, ao acontecerem, tendem, quase sempre, a atender as questões de disputas de poder que se encontram fora dele, ou seja, no espaço social que o engloba (BOURDIEU apud ORTIZ, 1983).

Sendo assim, podemos pensar, por exemplo, que a produção dos discursos veiculados pelos aparelhos midiáticos, é condicionada pela disputa simbólica própria a esse campo, atendendo assim por homologia¹ as questões de disputa de poder que estruturam o espaço social em que esse campo midiático se localiza. Essa possibilidade de homologias entre o campo da mídia e o campo político pensando os usos sociais das práticas de linguagem – dos discursos, se pensarmos o caso midiático – é fundamentada quando levamos em consideração a lógica da disputa simbólica própria ao campo político como descrita por Bourdieu, segundo ele:

O campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos. Acontecimentos entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com possibilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar da produção. (BOURDIEU, 2002, p.164).

É através dessa lógica de disputa que podemos apontar para a possível importância que o campo midiático pode assumir como orientador das escolhas desses agentes consumidores dos produtos políticos – os chamados “profanos”, tendo em vista a estruturação e as regras de funcionamento do campo político – em relação, por exemplo, a uma disputa partidária em um ano eleitoral específico. Na medida em que simbolicamente o campo político é “[...] o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de

¹ Sobre a homologia dos campos podemos dizer que: “[...] estes, em consequência das particularidades das suas funções e do seu funcionamento (ou, mais simplesmente, das fontes de informação respectivas), denunciam de maneira mais ou menos clara propriedades comuns a todos os campos [...] uma das propriedades mais importantes de todos os campos de produção cultural, que é a lógica propriamente mágica da produção do produtor e do produto como feitiço.” (BOURDIEU, 2002, p.67).

uma parte ou da totalidade dos profanos.” (BOURDIEU, 2002, p.185) É nesse sentido que a produção e a circulação de discursos, tarefa que hoje é realizada em sua maioria pelos aparelhos da mídia, é aqui pensada como fundamental em um contexto de disputa de poder no campo político. Principalmente se entendermos o contexto dessa disputa como proposto por Bourdieu e pensarmos que na disputa simbólica política “[...] nada é mais realista do que as brigas de palavras. Usar uma palavra no lugar de outra é mudar a visão do mundo social e, com isso, contribuir para transformá-lo.” (BOURDIEU, 2000, p.62)

Assim quando Bourdieu afirma que “[...] se o trabalho político é, quanto ao essencial, um trabalho sobre as palavras, é porque as palavras ajudam a fazer o mundo social.” (BOURDIEU, 2000, p.61) ele nos permite retomar a questão da relação entre o discurso e o poder, pois essa afirmação remete a um tipo de poder social que, a princípio, aparece como advindo do uso social das palavras, ou melhor, do uso das práticas discursivas. Na teoria de Bourdieu essa ideia de poder recebe o nome de poder simbólico e remete a um “[...] poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo.” (BOURDIEU, 2002, p.14) Esse poder, que como vimos pode ser exercido pelo uso social das palavras, é definido pelo autor como:

Um poder (econômico, político, cultural ou outro) que esta em condições de se fazer reconhecer, de obter o reconhecimento, ou seja, de se fazer ignorar em sua verdade de poder, de violência arbitrária. A eficácia própria desse poder exerce-se não no plano da força física, mas sim no plano do sentido e do conhecimento. (BOURDIEU, 2000, p.60).

Temos também que através da noção de poder simbólico – localizado nas relações de conhecimento e de reconhecimento provenientes do que Bourdieu apresenta como o “paradoxo da Doxa”² – encontramos uma forma específica de violência chamada de violência simbólica. Uma espécie de violência que:

Apoia-se em uma teoria das crenças ou, melhor, em uma teoria da produção da crença, no trabalho de socialização necessário para produzir agentes

² Expresso “[...] quando os dominados aplicam aquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão configurados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão.” (BOURDIEU, 1999, p.14).

dotados de esquemas de percepção e de avaliação que lhe farão perceber as injunções inscritas em uma situação, ou em um discurso, e obedece-las. (BOURDIEU, 1996, p.171).

Também é dessa ideia de poder simbólico – expresso pela possibilidade de se construir o dado pelo enunciado, ou seja, pela possibilidade de conformar ou transformar contextos simbólicos, portanto, sociais, pelos discursos legitimados nesses contextos – que Bourdieu constrói a noção de efeito teoria. Uma noção que remete a construção de realidades a partir de contextos simbólicos estabelecidos e possibilitados por estas mesmas realidades. Para Bourdieu o efeito teoria pode ser facilmente localizado em contextos do campo científico, tendo em vista a produção de realidades a partir das teorias, mas não se restringe a ele, uma vez que esse efeito se particulariza como um “[...] efeito propriamente político que consiste em fazer ver (theorein) uma ‘realidade’ que não existe inteiramente, já que não é conhecida e reconhecida.” (BOURDIEU, 1996, p.25).

Podemos finalizar essa segunda parte dizendo que, em nossa reflexão, é desse ponto que podemos analisar as relações desenvolvidas pela mídia contemporânea. Entendo que hoje o campo midiático, devido á legitimação social que o constitui, possui o caráter de fazer ver e fazer crer em realidades, sem que elas existam necessariamente, ou seja, possui o caráter próprio do efeito teoria, e que, por isso, esse campo pode ser entendido como um canal de exercício do poder simbólico no universo social em que se localiza.

O príncipe eletrônico: algumas considerações sobre mídia e política na contemporaneidade

Como antes dito nossa reflexão sobre as possíveis relações entre o campo político e o campo midiático na contemporaneidade brasileira se constrói tendo em vista as considerações que Octavio Ianni (1999) formulou sobre os novos contextos políticos modernos ao apontar para uma mudança substancial construída e operacionalizada na organização dos contextos políticos, dada a partir da produção dos meios de comunicação. Estas formulações se mostram importantes para nossa reflexão na medida em que ao pensar sobre as possíveis relações entre as práticas políticas contemporâneas e o papel da mídia em seu desenvolvimento, Ianni (1999) propõe que as práticas de disputas política teriam sofrido um deslocamento essencial não se encontrando mais ligadas as estratégias dos partidos mais sim diluídas no universo midiático moderno, afirmando que:

As instituições ‘clássicas’ da política estão sendo desafiadas a remodelar-se, ou a ser substituídas, como anacronismo, já que outras e novas instituições e técnicas da política estão sendo criadas, praticadas e teorizadas. Em lugar de *O príncipe* de Maquiavel e de *o Moderno príncipe* de Gramsci, assim como de outros ‘príncipes’ pensados e praticados no curso dos tempos modernos, cria-se o príncipe eletrônico, que, simultaneamente subordina, recria, absorve ou simplesmente ultrapassa os outros. (IANNI, 1999, p.12).

Assim sendo podemos dizer que as práticas políticas contemporâneas – entendendo por isso desde as disputas sociais cotidianas até disputas eleitorais – têm seu desenvolvimento transpassado por um conjunto de práticas e de questões provenientes do universo midiático, ou seja, trabalharemos aqui com a hipótese de que contemporaneamente as disputas políticas também se estruturariam a partir das condições estabelecidas por interesses veiculados – e de certo modo produzidos – através do campo da mídia. Portanto é a partir da noção de “príncipe eletrônico” apresentada por Ianni (1999) que propomos questionar os desdobramentos das práticas midiáticas nas disputas políticas, partindo da ideia de que as formações discursivas que delas resultam:

Quando inseridas nas atividades sociais, nas formas de sociabilidade, ou melhor, nos jogos das forças sociais, nesses casos transforma-se em técnicas sociais. Passam a dinamizar, intensificar, generalizar, modificar ou bloquear relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais ativas em todas as esferas da sociedade nacional e mundial. Nesse sentido é que adquirem presença, força e abrangência de técnicas sociais de organização, funcionamento, mudança, controle, administração das formas de sociabilidade e dos jogos das forças sociais. (IANNI, 1999, p.20).

Mais especificamente podemos dizer que aqui trabalharemos a partir da ideia de que as práticas políticas contemporâneas estariam em uma relação de reciprocidade, que em momentos específicos – como, por exemplo, uma eleição – tende a tornar-se uma relação de dependência, junto às práticas midiáticas, uma vez que “[...] em diferentes gradações, conforme as peculiaridades institucionais e culturais da política em cada sociedade, o príncipe eletrônico influencia, subordina, transforma ou mesmo apaga partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião.” (IANNI, 1999, p.24)

E assim partindo dos pontos aqui considerados da análise de Octavio Ianni sobre as relações entre mídia e política, podemos retornar nossa proposta de aproximação entre os discursos produzidos pelo campo midiático e as práticas políticas contemporâneas, tendo em vista o arcabouço conceitual elaborado a partir das teorias de Foucault e Bourdieu, que juntamente com as particularidades da noção de “príncipe eletrônico” nos permite questionar sobre as relações entre estes dois campos sociais.

A hipótese que aqui apresentamos é de que o fenômeno do príncipe eletrônico – que ao nosso entender se consolida contemporaneamente pelas particularidades dos efeitos teorias possibilitados pela função-autor estabelecida pelo campo da mídia – nos permite analisar as relações entre o campo da mídia e o da política, na medida em que expressa a condição do campo midiático de conformar ou de transformar um contexto político específico através da veiculação dos discursos produzidos por seus dispositivos. Nossa hipótese fica mais plausível quando pensamos essa condição posta em um ano de disputa eleitoral, por exemplo, pensando as potencialidades do fenômeno do “príncipe eletrônico” no contexto contemporâneo brasileiro temos a possibilidade de questionar sobre a importância das formações discursivas estabelecidas por um periódico semanal que apresente uma tiragem média de 1.194.66³, perguntando sobre o impacto, nessa disputa eleitoral, das formações discursivas estabelecidas e veiculadas por esse periódico? Também nos permite questionar, em relação à disputa eleitoral, sobre os desdobramentos dos efeitos teoria estabelecidos a partir de uma formação discursiva amplamente legitimada como está?

Apesar de não podermos, por hora, confirmar empiricamente tal hipótese, acreditamos que o fenômeno do príncipe eletrônico descrito por Ianni seja de fato um possível ponto de aproximação entre as noções teóricas de Foucault e Bourdieu que tocam as questões do discurso e do poder, principalmente se pensarmos seus desdobramentos no campo da mídia e da política, tendo em vista as homologias possíveis entre estes campos sociais. Na medida em que, ao pensar a produção midiática contemporânea através de conceitos como os de função-autor e de efeito teoria, o que encontramos são as características do fenômeno do príncipe eletrônico descrito por Ianni.

Por fim, acreditamos que o fenômeno do príncipe eletrônico pode ser teoricamente representado pelo exercício por parte do campo midiático, de uma

³ Como é o caso específico, no mercado brasileiro, da revista *Veja*, segundo o portal de publicidade da editora Abril. Disponível em: <<http://www.publiabril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>>. Acesso em: 06 jul. 2013.

função-autor que expressa uma forma de poder relacional, por parte dos dispositivos midiáticos responsáveis por produzir formações discursivas que, por sua vez, estabeleceriam regimes de verdade capazes de produzir efeitos teoria – efeitos estes pensados enquanto um desdobramento que potencializa o exercício de um possível poder simbólico do campo midiático em relação ao campo político contemporâneo – nos contextos simbólicos em que estas formações discursivas são veiculadas.

SPEECH AND POWER IN CONTEMPORARY: THE CASE OF ELECTRONIC PRINCE

ABSTRACT: *Here are a reflection on the possible relationship between the political and the media field today. Taking for granted that puts Octavio Ianni when theorizing about contemporary political practices and the role that the media exert on their development, since this suggests that political practices – the practices of actual political disputes – would have suffered a major shift, not lying more linked to party strategies, but rather diluted in the modern media universe . And as we found in the work of Michel Foucault and Pierre Bourdieu questions about discourse relations and power relations, seek – taking into account the particularities of each author – establish a conceptual framework that enables us to address, from the relationship between discourse and power, our own contemporary issues, such as, for example, the issue of e- prince described by Ianni .*

KEYWORDS: *Media. Culture and politics. Discourse and power.*

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **O campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Campinas: Papirus, 2000.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Lisboa: Nova Veja, 2006.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.231-249.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: PUC, 1978. (Cadernos da PUC/RJ. Série letras e artes).

GREGOLIN, M. R. **Análise do discurso: história, epistemologia, exercícios analíticos**. 2008. 276f. Texto crítico (Livre-docência em Análise do Discurso) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

IANNI, O. O príncipe eletrônico. **Perspectivas**, São Paulo, v.22, p.11- 29, 1999.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p.VII-XXIII.

ORTIZ, R. (Org.). **Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção grandes cientistas sociais).